DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 4774/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/10079/2015
PROTOCOLO	: 1599939
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUSSU/MS
JURISIDICIONADO	: ROBERTO TAVARES ALMEIDA
CARGO DO JURISDICIONADO	: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049/2015
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
CONTRATADA	: C. LEMOS – DISTRIBUIDORA HOSPITALAR - EIRELI
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: CARTA-CONVITE Nº 013/2015
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL MUNICIPAL, UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE TAQUARUSSU/MS.
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	: R$ 55.364,81

EMENTA: CONTRATO ADMINISTRATIVO. 3ª FASE. CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA O HOSPITAL MUNICIPAL, UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE TAQUARUSSU/MS. TERMO ADITIVO. PUBLICAÇÃO EXTEMPORÂNEA CONSTATADA. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REMESSA DOCUMENTAL INTEMPESTIVA APONTADA. INOBSERVÂNCIA PARCIAL DOS DISPOSITIVOS NORMATIVOS EXIGIDOS. PROCESSO REGULAR E LEGAL. RESSALVA. RECOMENDAÇÃO. QUITAÇÃO AO RESPONSÁVEL.

I – RELATÓRIO:

O processo em epígrafe se refere ao Contrato Administrativo nº 049/2015 (peça 22), oriundo do procedimento licitatório na modalidade Carta-Convite nº 013/2015, estando sob análise o termo aditivo e a execução financeira, firmado entre o **MUNICÍPIO DE TAQUARUSSU/MS,** CNPJ/MF nº 03.923.703/0001-80, como Contratante, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Tavares Almeida, CPF nº 294.274.951-20, e a empresa **C. LEMOS - DISTRIBUIDORA HOSPITALAR - EIRELI**, CNPJ/MF nº 16.752.682/0001- 29, representada neste ato pelo Sr. Cláudio Lemos, CPF nº 049.181.848-39, como Contratada, conforme competência estabelecida pelo artigo 77, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 21, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, c/c os artigos 9º, 10, II, e artigos 120, III, e § 4º, III, e 121, II e IV, "b", todos do Regimento Interno TC/MS.

Como objeto, a presente obrigação visa à aquisição de materiais hospitalares para o Hospital Municipal, Unidade Básica de Saúde e Estratégia da Saúde da

Família do Município de Taquarussu/MS, com o contrato no valor de R$ 55.364,81 (cinquenta e cinco mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta e um centavos) e prazo de vigência a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015.

Os presentes autos, já foram objeto de julgamento, por meio da Decisão Singular - DSG-G.ICN-9986/2016 (peça 30), que julgou regular e legal o procedimento licitatório desenvolvido na modalidade Convite nº 013/2015 e a formalização do Contrato Administrativo nº 049/2015.

Em sua análise-ANA–2ICE–8472/2017 (peça 32), à 2ª Inspetoria de Controle Externo, concluiu pela regularidade e legalidade da formalização do 1º Termo Aditivo e da execução financeira do Contrato Administrativo nº 49/2015, nos termos do artigo 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 120, § 4º, III, e artigo 121, IV, "a", do Regimento Interno deste Tribunal.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados nos autos e por meio do parecer PAR – 3ª PRC – 4536/2017 (peça 33), opinou pela legalidade e regularidade da formalização do 1º termo aditivo e da prestação de contas da execução financeira do contrato, nos termos do artigo 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012, c/c o artigo 120, III, § 4º, "a", do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

Esta é a síntese dos fatos e documentos que constituem o processo.

Cumpridos os pressupostos processuais, estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, Parágrafo único, II, "b" do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013.

II - DO MÉRITO:

Com relação ao mérito, a questão repousa na apreciação do Termo Aditivo e da Execução Financeira do Contrato Administrativo nº 049/2015.

Foi celebrado em 29/12/2014, o Termo Aditivo nº 01 ao Contrato Administrativo nº 049/2014 (peça 26-pág. 11-12), tendo por objeto prorrogar o presente Contrato por mais 30 (trinta) dias, com seu término previsto para 30/01/2016. Conjuntamente, foi juntada aos autos justificativa ao objeto (peça 26-pág. 04-05), com autorização do ordenador de despesas (peça 26-pág. 08) e instruída com o parecer jurídico (peça 26-pág. 09), em conformidade com os artigos 38 e 57, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Ocorreu a publicação do extrato do Termo Aditivo nº 01 ao Contrato em 04/01/2016 (peça 26-pág. 14), obedecendo ao prazo legal estipulado pela Lei nº 8.666/93, portanto, intempestiva a sua publicação, não respeitando o prazo vintenal normativo, gerando um óbice de natureza formal, que não ocasionou dano ao erário e à análise do aditamento, onde mesmo com o atraso temporal de sua publicidade, esta não deixou de ser realizada, de modo a permitir de forma plena sua apreciação, com isso, data vênia, inapto a gerar uma

decisão irregular ao feito, tão pouco multa ao responsável, porém, ocasionando uma ressalva em seu julgamento.

Por fim, a remessa do Termo Aditivo, que ocorreu em 18/01/2016 (peça 26-pág. 01), observou o prazo quinzenal, de acordo com a redação da Resolução Normativa TCE/MS nº 35/2011 (vigente a época).

A Execução Financeira restou devidamente comprovada através da juntada das Notas de Empenho, no valor de R$ 61.741,28, Anulações de Empenho, no valor de R$ -7.446,50, Ordens de Pagamento, no valor de R$ 54.294,78 e Notas Fiscais, no valor de R$ 54.294,78, que ilustraram o equilíbrio apresentado na presente fase.

Resumo da Execução:

Valor Contratual Inicial - R$ 55.364,81
Valor Contratual Final – R$ 55.364,81
Notas de Empenho - R$ 61.741,28
Anulações de Empenho – R$ -7.446,50
Saldo das Notas de Empenho – R$ 54.294,78
Ordens de Pagamento - R$ 54.294,78
Notas Fiscais - R$ 54.294,78

Em 14/04/2016, foi firmado o Termo de Encerramento do Contrato, anexado aos autos à peça 28-pág. 05, dessa forma, pondo fim às obrigações contratadas.

Quanto aos documentos correspondentes à fase de execução do presente feito, estes foram remetidos a este Tribunal de forma intempestiva, ou seja, não observando o prazo legal estipulado pela Instrução Normativa TCE/MS nº 035/2011 (vigente a época), constituindo um lapso de ordem formal, que não determinou prejuízo ao erário, à análise e ao andamento da fase processual, onde mesmo com o atraso temporal na remessa dos documentos obrigatórios a esta Corte de Contas, não deixou de ser realizada, de modo a permitir de forma plena seu exame, assim, com a devida vênia, incapaz de gerar uma decisão irregular ao feito, sequer multa ao responsável, porém, sendo objeto de ressalva em sua decisão.

Ante o exposto, com fundamento legal no artigo 77, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 59, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, acompanho a manifestação do Corpo Técnico e o parecer Ministerial, passando a decidir.

III – DECIDO:

1 – Pela **REGULARIDADE** e **LEGALIDADE COM RESSALVA** do Termo Aditivo nº 01 ao Contrato Administrativo nº 049/2015, firmado entre o **MUNICÍPIO DE TAQUARUSSU/MS,** CNPJ/MF nº 03.923.703/0001-80, como Contratante, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Tavares Almeida,

CPF nº 294.274.951-20, e a empresa **C. LEMOS - DISTRIBUIDORA HOSPITALAR - EIRELI**, CNPJ/MF nº 16.752.682/0001- 29, representada neste ato pelo Sr. Cláudio Lemos, CPF nº 049.181.848-39, como Contratada, ressalvando a publicação intempestiva do presente termo aditivo na imprensa oficial;

2 - Pela **REGULARIDADE** e **LEGALIDADE COM RESSALVA** da Execução Financeira do Contrato Administrativo nº 049/2014, firmado entre o **MUNICÍPIO DE TAQUARUSSU/MS,** CNPJ/MF nº 03.923.703/0001-80, como Contratante, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Tavares Almeida, CPF nº 294.274.951-20, e a empresa **C. LEMOS - DISTRIBUIDORA HOSPITALAR - EIRELI**, CNPJ/MF nº 16.752.682/0001- 29, representada neste ato pelo Sr. Cláudio Lemos, CPF nº 049.181.848-39, como Contratada, ressalvando a remessa fora do prazo dos documentos da presente fase a esta Corte de Contas;

3 – Pela recomendação ao responsável, Sr. Roberto Tavares Almeida, CPF nº 294.274.951-20, Prefeito Municipal, da adoção de medidas necessárias para a correção das impropriedades identificadas, de modo a prevenir a ocorrência de novas inadequações semelhantes ou assemelhadas, com fundamento no artigo 59, II, c/c § o 1º, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012;

4 - Pela quitação ao responsável, Sr. Roberto Tavares Almeida, CPF nº 294.274.951-20, Prefeito Municipal, tendo em vista o cumprimento do objeto, a exatidão de seus valores e regular execução das obrigações, nos moldes do artigo 60 da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, c/c o artigo 171 da Resolução Normativa TC/MS nº 76, de 11 de dezembro de 2013;

5 - Pela intimação do resultado deste julgamento aos interessados, em conformidade com o artigo 50, II, e artigo 65 da Lei Complementar nº 160/2012, c/c os artigos 70, § 2º e 96, I, ambos do Regimento Interno TC/MS.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 25 de maio de 2017.

IRAN COELHO DAS NEVES
Conselheiro-Relator